

EDITAL DE APOIO À COPRODUÇÃO LUSO-BRASILEIRA 2011

ANEXO II

MINUTA DO TERMO DE CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A SER FIRMADO COM AS EMPRESAS CONTEMPLADAS

TERMO DE CONCESSÃO Nº ____ / 2011.

TERMO DE CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A PROJETO CINEMATOGRAFICO DE LONGA METRAGEM, DO GÊNERO FICÇÃO, DOCUMENTÁRIO OU ANIMAÇÃO, EM REGIME DE COPRODUÇÃO LUSO-BRASILEIRA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, E A EMPRESA _____, NA FORMA ABAIXO, CONFORME EDITAL DE CONCURSO Nº ____/2011.

A AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE autarquia federal de natureza especial, instituída pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, com Escritório Central na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Avenida Graça Aranha, 35 – Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 04.884.574/0001-20, neste ato representado por seu Diretor-Presidente, MANOEL RANGEL NETO, nomeado pelo Decreto de 28/05/2009, publicado no Diário Oficial da União de 29 de maio de 2009, inscrito no CPF/MF sob o nº 136.524478-40, Cédula de Identidade nº 1552.574, expedida pelo SSP/GO, residente e domiciliado nesta Cidade, doravante denominada ANCINE, e de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. _____, localizada na Rua _____, neste ato representada pelo (a) Sr.(a) _____, ocupando o cargo de _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, expedida pelo _____ e CPF/MF nº. _____, daqui por diante designada PRODUTORA, resolvem celebrar o presente Termo, sob a forma de execução indireta por empreitada global, tendo em vista o que consta no Processo nº 01580.005467/2011-96 referente ao Edital de Concurso nº ____/2011, dentro das condições estabelecidas no Acordo de Coprodução Cinematográfica Luso-Brasileiro, incorporado ao nosso ordenamento jurídico pelo Decreto nº 91.332, de 14 de julho de 1985; no Protocolo celebrado entre o Instituto do Cinema e do Audiovisual – IP e a Agência Nacional do Cinema, em 17 de julho de 2007; e, no que couber, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001; bem como na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto a concessão de apoio financeiro a Projeto de coprodução de obra cinematográfica de longa-metragem luso-brasileiro denominado [*nome do projeto*], do gênero ficção, documentário ou animação, apresentado por empresa produtora brasileira da qual esta participe na qualidade de coprodutora minoritária.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este Termo de Concessão guarda inteira conformidade com os termos do Edital de Concurso nº ____/2011 e seus Anexos, Processo nº 01580.005467/2011-96, do qual é

parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, ao Projeto da PRODUTORA, intitulado: _____ (*título do projeto*).

2.1.1. Este instrumento rege-se pelas legislações constantes do preâmbulo.

2.1.2. Cabe à Diretoria Colegiada da ANCINE decidir sobre os casos omissos.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA ANCINE

3.1. Caberá à ANCINE:

3.1.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela PRODUTORA, proporcionando as facilidades necessárias para a execução deste Termo;

3.1.2. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela PRODUTORA;

3.1.3. Efetuar o depósito e liberação do apoio nas condições e valores pactuados;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução deste Termo, através de representante designado pela Autoridade Competente.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA PRODUTORA

4.1. Caberá à PRODUTORA:

4.1.1. Destinar o apoio à efetiva realização do projeto, em conformidade com o orçamento apresentado;

4.1.2. Executar o Projeto Técnico apresentado à ANCINE, em coprodução com a empresa de nacionalidade portuguesa;

4.1.3. Entregar a cópia final da obra cinematográfica na Cinemateca Brasileira ou em entidade credenciada pela ANCINE;

4.1.4. Prever a execução de 03 (três) cópias síncronas do filme apoiado, destinadas à exibição deste no Brasil.

4.1.5. Fazer constar a logomarca da ANCINE no material de divulgação e na obra cinematográfica, na forma especificada na Instrução Normativa nº85, de 02 de dezembro de 2009, sem prejuízo de indicação na obra do caráter de coprodução luso-brasileira da mesma, do nome dos coprodutores e dos títulos com que se apresenta o filme em cada país coprodutor, conforme disposto no Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Portugal, em seus créditos finais;

4.1.6. Autorizar a exibição não comercial da obra, em regime não exclusivo, prioritariamente pela rede pública de televisão ou em programas promovidos pelo poder público federal que contemplem distribuição e exibição audiovisual, transcorrido o prazo de 05 (cinco) anos contados da emissão do CPB. Esta autorização será limitada a 05 (cinco) exibições anuais durante o período de 05 (cinco) anos;

4.1.7. Incluir dispositivos que contemplem as obrigações constantes neste Termo e no Edital nº ____/2011 nos instrumentos de aquisição e transferência de direitos sobre a obra;

4.1.8. Apresentar para análise da ANCINE qualquer modificação que afete a natureza do projeto contemplado.

4.1.9. No que concerne ao formato final da obra e à sua utilização, por parte de cada coprodutor, dos negativos, contratipos e cópias *master*, cumprir com o disposto nos itens 10.2 a 10.5. do Edital nº ____/2011.

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA

5.1. O presente Termo vigorará por 48 (quarenta e oito) meses, contados da data de sua assinatura, com validade após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União – DOU.

5.2. Este Termo poderá ser prorrogado por até 12 (doze) meses, mediante a apresentação de justificativa e desde que aceita pela Diretoria Colegiada da ANCINE.

CLÁUSULA SEXTA: DO APOIO

6.1. O apoio financeiro será o equivalente em reais a US\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil dólares norte-americanos).

6.2. A taxa de câmbio utilizada para o cálculo do apoio financeiro será a da data da emissão da ordem bancária, pela ANCINE, observado o limite orçamentário de R\$ _____ (_____).

6.3. Este Termo, bem como a respectiva prestação de contas, serão devidamente registrados no SIAFI.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA CONCESSÃO E LIBERAÇÃO DO APOIO

7.1. Após a assinatura do Termo de Concessão de Apoio Financeiro, a ANCINE solicitará ao Banco do Brasil S.A. a abertura de conta-corrente bloqueada para depósito dos recursos destinados ao projeto.

7.2. Será de responsabilidade da empresa contemplada a regularização da conta-corrente bloqueada.

7.3. Para a efetuação do depósito dos recursos na conta bloqueada, a empresa contemplada tem de apresentar situação regular perante a Dívida Ativa da União, as Contribuições Previdenciárias e de Terceiros, FGTS, bem como não ter inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN.

7.4. Os valores depositados na conta-corrente bloqueada deverão ser aplicados, de forma automática, em fundos de investimentos disponibilizados pelo Banco do Brasil.

7.5. Os valores depositados na conta-corrente bloqueada somente serão liberados quando cumpridas as condições estabelecidas no item 7.6. – momento em que a ANCINE autorizará expressamente o Banco do Brasil a transferi-los para uma conta-corrente de movimentação, a ser aberta pela empresa contemplada, em qualquer agência bancária, para movimentação exclusiva do apoio financeiro concedido.

7.6. A transferência dos valores depositados na conta-corrente bloqueada para a conta-corrente de movimentação se dará em 03 (três) parcelas, da seguinte forma:

a) 1ª Parcela – 50% (cinquenta por cento) do montante total do apoio financeiro, no início das filmagens, comprovado mediante declaração expressa do ICA– Instituto do Cinema e do Audiovisual, e apresentação de orçamento detalhado em reais, conforme modelo da Instrução nº22 da ANCINE, com previsão de aplicação do apoio financeiro previsto neste Edital exclusivamente na produção (pré-produção, produção e filmagem, pós-produção) e na distribuição da obra no Brasil;

b) 2ª Parcela – 30% (trinta por cento) do montante total do apoio financeiro, no início da montagem da obra, comprovado mediante declaração expressa do ICA;

c) 3ª Parcela – 20% (vinte por cento) do montante total do apoio financeiro, após finalizada a obra, mediante a entrega de uma cópia de preservação em película 35 mm, uma cópia em DVD, contrato de distribuição com distribuidora da obra no Brasil, Certificado de Produto Brasileiro (CPB), e apresentação da prestação de contas parcial relativas à 1ª e 2ª parcelas.

Parágrafo primeiro: A liberação da terceira parcela do apoio financeiro destinar-se-á à exibição da obra e será efetuada com a sua distribuição no Brasil.

Parágrafo segundo: Caso o formato final da obra não seja em película com emulsão fotossensível, em vez da cópia em 35 mm, deverá ser entregue 01 (uma) cópia em suporte HD-Cam.

7.7. A taxa de câmbio utilizada para a liberação de cada parcela será a da data do respectivo depósito, pela ANCINE, do valor correspondente na conta-corrente bloqueada.

CLÁUSULA OITAVA: DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1. A proponente deverá apresentar a prestação de contas final dos gastos realizados, no prazo de 06 (seis) meses após a liberação da 3ª parcela do apoio, mediante apresentação dos documentos constantes na Instrução Normativa nº40, de 16 de agosto de 2005.

8.2. A prestação de contas deverá impreterivelmente ser apresentada no prazo de vigência do Termo de Concessão de Apoio Financeiro.

8.3. No caso dos recursos deste Edital serem utilizados em projetos aprovados pela ANCINE para captação de recursos por leis de incentivo federal, a prestação de contas descrita acima poderá ser realizada no prazo permitido pelas referidas leis, limitado à vigência do Termo de Concessão de Apoio Financeiro.

8.4. A documentação da prestação de contas deste Edital não se vincula à prestação de contas de projetos aprovados na ANCINE para obtenção de incentivo fiscal ou de outros Editais da ANCINE.

8.5. Não serão admitidos documentos que comprovem pagamentos realizados em data anterior à publicação no Diário Oficial da União - D.O.U. do extrato do Termo de Concessão de Apoio Financeiro.

CLÁUSULA NONA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. Os recursos financeiros, a que se refere este artigo, correrão, neste exercício, por conta do orçamento da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, no programa de trabalho número 13.392.0169.4795.0001 – Fomento a Projetos Cinematográficos e Audiovisuais.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A ANCINE designará representante para acompanhar e fiscalizar a execução do Termo, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a sua execução e determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

10.2. Da mesma forma, a PRODUTORA deverá indicar um preposto para, se aceito pela ANCINE, representá-la na execução do Termo, promovendo obrigatoriamente as correções, às suas expensas, que se fizerem necessárias quando constatados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto do Termo.

10.3. Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao objeto do presente Termo, deverão ser prontamente atendidas pela PRODUTORA, sem ônus para a ANCINE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO

11.1. O não cumprimento de quaisquer das cláusulas ou condições estabelecidas neste Termo, assegura o direito de rescisão mediante notificação extrajudicial, conforme o artigo 77 e seguintes da Lei 8.666/93.

11.2. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas, a PRODUTORA ficará sujeita à devolução dos valores já recebidos da ANCINE, atualizados pela SELIC e de multa de 1% (um por cento) ao mês.

12.2. A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o descumprimento for devidamente justificado pela PRODUTORA e aceito pela ANCINE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA PUBLICAÇÃO

13.1. Caberá à ANCINE providenciar a publicação deste Termo de Concessão, por extrato, no Diário Oficial da União, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

14.1. Os litígios porventura existentes relativos aos contratos de coprodução entre empresas portuguesas e brasileiras serão submetidos a uma Câmara de Arbitragem, que examinará e resolverá, de forma definitiva, eventuais controvérsias, conforme Artigo IX do Protocolo Luso-Brasileiro de Coprodução Cinematográfica.

14.2. Fica eleito o Juízo Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste Termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi contratado, lavrou-se o presente Termo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, são assinadas pelos representantes das partes ANCINE e PRODUTORA.

Rio de Janeiro, _____ de 2011.

MANOEL RANGEL
Diretor-Presidente
Agência Nacional do Cinema – ANCINE

PRODUTORA

TESTEMUNHAS:

